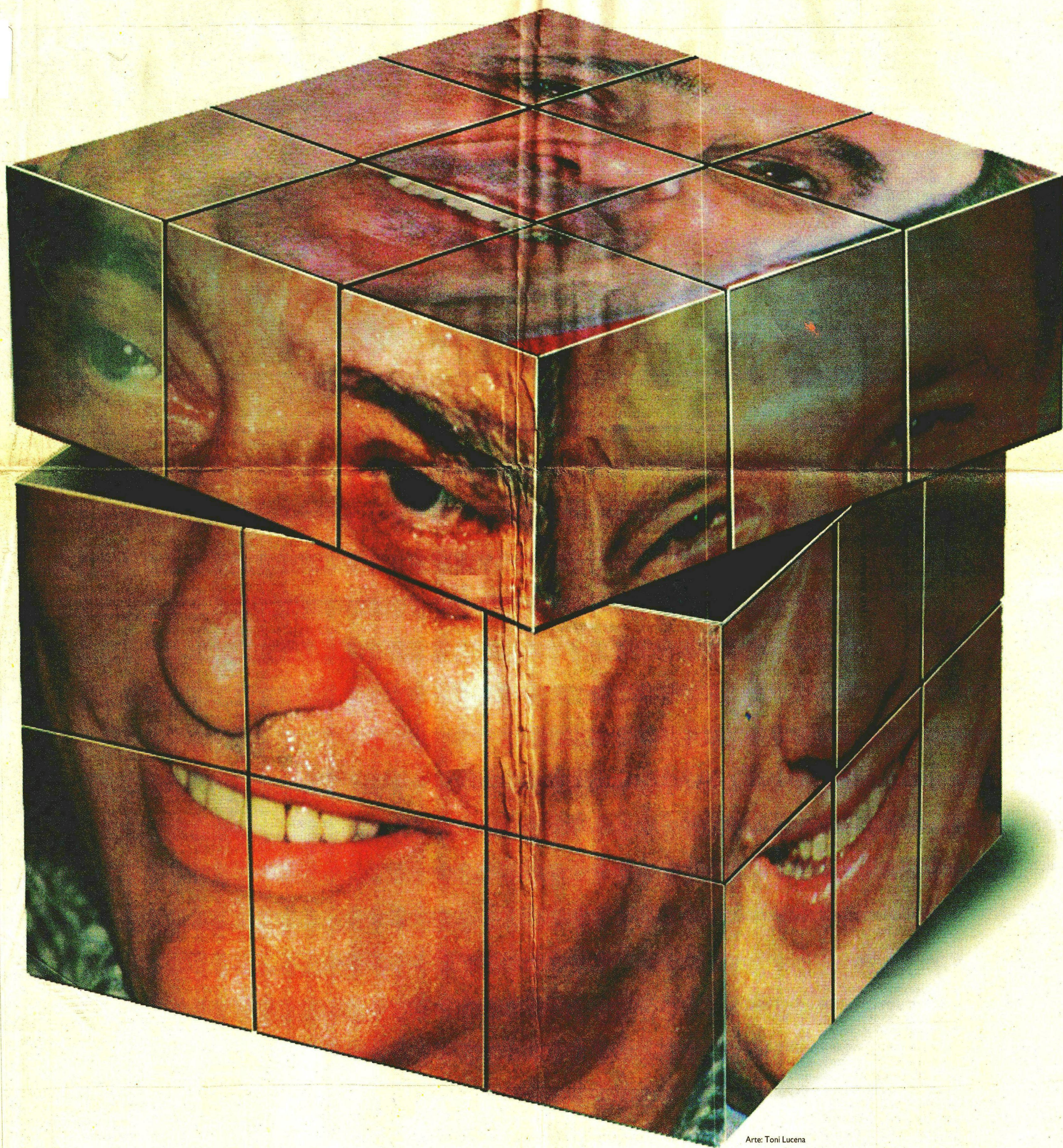


MUITOS VOTOS POR DECIDIR

QUASE UM TERÇO DOS
ELEITORES BRASILIENSES
ADMITE QUE AINDA PODE
MUDAR DE VOTO.
SITUAÇÃO DE RORIZ,
CRISTOVAM E ARRUDA
MUDA POUCO DE MAIO
PARA JULHO



Arte: Toni Lucena

Promessas e realizações

Há uma pergunta nova que o eleitor precisa se fazer desde que a reeleição passou a ser permitida no Brasil: "O que o presidente ou o governador fez para merecer um novo voto? Cumpriu suas promessas de campanha? Alcançou as metas que ele mesmo traçou?"

Neste caderno, mostramos ao leitor o que

aconteceu com as metas fixadas para cada um dos temas simbolizados na mão espalmada do então candidato Fernando Henrique Cardoso em 1994.

Educação, saúde, segurança, emprego e agricultura — os cinco dedos do símbolo da campanha presidencial de Fernando Henrique. A equipe do *Correio* leu relatórios do governo, ouviu especialistas e institutos supra-partidários e saiu em campo para dar ao leitor uma avaliação imparcial e criteriosa das realizações do governo.

O balanço mostra que Fernando Henrique Cardoso fez menos do que prometeu e mais do que

reconhecem seus opositores. Por exemplo: a meta do governo era reduzir em 50% a taxa de mortalidade infantil.

Quase conseguiu. De 82,6 por mil bebês nascidos vivos em 1994 a taxa caiu para 47,2 em 1997 — queda de 43%, creditada em parte a projetos tocados pelo programa Comunidade Solidária, como o de Agentes Comunitários de Saúde (de 24 mil agentes em 1994, há hoje 70 mil em todo o país).

O Comunidade Solidária — programa que pretende mostrar que uma política social não se limita a atividades assistenciais — merece reportagem à parte, na qual se avalia seus efeitos

numa comunidade carente do Norte do Brasil.

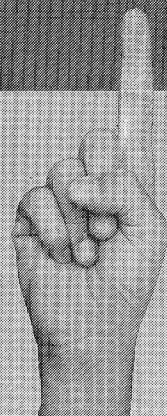
O ensino fundamental também foi uma das maiores preocupações do governo. Treinar professores, levar mais crianças à escola, melhorar os salários eram alguns dos objetivos. As metas numéricas foram cumpridas. Mas, na prática, há locais onde os programas, especialmente o TV Escola, não funcionam.

O *Correio* não pretende esgotar a avaliação de quatro anos nas próximas páginas. Nem poderia. Ao longo da campanha, continuará a cumprir o compromisso de ajudar o leitor a decidir conscientemente seu voto no dia 4 de outubro.

AS METAS DO GOVERNO FHC

Educação

CONSIDERADO UMA BOA IDÉIA PELOS ESPECIALISTAS, O PROGRAMA QUE VISA TREINAR PROFESSORES A DISTÂNCIA ESBARRA NAS DIFICULDADES DE ESCOLAS, MUNICÍPIOS E ESTADOS SEM GENTE PREPARADA



TV ESCOLA FICA PELA METADE

Lisandra Paraguassú
Da equipe do **Correio**

A educação, o “ministério-modelo” do governo Fernando Henrique Cardoso, tem uma longa lista de realizações para propagandear. Um dos carros-chefe é, com certeza, o TV Escola, um ambicioso projeto, lançado em 1996, para levar educação via satélite a qualquer pedacinho do Brasil. Nesse tempo, o programa cumpriu suas metas. Pelo menos em números.

A intenção inicial era distribuir a escolas de todo o país 46 mil kits tecnológicos com tevês, antenas parabólicas e videocassetes. Com esse aparato, o governo prometia treinar um milhão de professores em 1996 e beneficiar cerca de 23 milhões de alunos.

Por meio dos equipamentos, professores de todo o Brasil poderiam ter acesso a programas educativos de alta qualidade preparados ou comprados pelo Ministério da Educação (MEC). Uma espécie de aprimoramento virtual, para que os docentes melhorassem a qualidade de seu trabalho.

Até o final de 1997, o TV Escola distribuiu 50 mil kits. Os convênios assinados até o início de julho deste ano — prazo limite para o governo federal distribuir dinheiro antes das eleições — prevêem mais 7.500 kits a serem enviados aos estados ainda em 1998. Com esses números, o TV Escola já atinge 85% dos alunos de escolas públicas do país, ou 27 milhões de estudantes. Mais do que a meta inicialmente prevista.

Mas a capacitação de professores — objetivo final do programa — deixou a desejar. Segundo dados do próprio ministério, foram treinados até o ano passado 48 mil mestres, mais 10 mil multiplicadores. Muito menos do que o milhão previsto só no primeiro ano do programa.

Este ano, não há mais treinamentos previstos. “Não se programou mais porque não há mais necessidade”, diz José Roberto Sadek, diretor do TV Escola no MEC.

PESQUISA

Não é bem assim. Um estudo encomendado pelo ministério à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) mostra que 68% das escolas pesquisadas — a amostra foi

Gláucio Dettmar 15.12.97



A diretora da Escola Estadual Lyons, em Arapiraca (AL), Maria Silvana Rodrigues, levou os equipamentos para casa com medo de assaltos na escola

de 5.084 colégios — usam o material apenas como recurso didático extra nas salas de aula. O objetivo principal do programa é capacitar os professores para que suas disciplinas sejam melhor ensinadas. Mas poucos sabem disso.

Na Escola Municipal Branca de Neve, em Goiânia (GO), por exemplo, não há fitas para que os professores possam gravar os programas. “É a burocracia”, explica a secretária de educação, Maria Teresinha de Oliveira. Sem as fitas, ela aluga vídeos para os alunos assistirem.

Alguns dos problemas enfrentados pelo programa não têm sido de fácil solução. Segurança é um deles. A pesquisa da Unicamp aponta que 17% dos kits distribuídos já foram roubados. Um prejuízo de mais de R\$ 1 milhão. E ninguém assume a responsabilidade de reposição. O

MEC diz que os estados e municípios são os responsáveis pela segurança. Eles afirmam que o programa é federal, então o MEC deve repor o material.

Maria Silvana Rodrigues, diretora da Escola Estadual Lyons, em Arapiraca (AL), decidiu pagar do próprio bolso duas pessoas para fazer a segurança no colégio durante a noite.

Depois de ter o material roubado e recuperado com muito esforço, Silvana levou tudo para sua casa durante as férias. Quis devolver para a Secretaria de Educação, mas não conseguiu. “Se roubarem isso de novo quem terá que pagar sou eu. Sai mais barato pagar os vigias”, diz.

BOA IDÉIA

Professores, diretores e especialistas em educação são unânimes

em dizer que a TV Escola é uma boa idéia. As discordâncias aparecem quando se fala em infra-estrutura. “Minha grande dúvida é se os custos da implantação compensam os benefícios”, diz Carlos Cury, presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Nos casos em que o TV Escola funciona bem há sempre um professor que entende de vídeo e decide — ou pode — se dedicar ao projeto. No colégio Ministro Hugo Lima, em Arapiraca (AL), o professor José Calazans Neto tomou para si a responsabilidade pelos vídeos. Cerca de 400 programas já foram gravados, um recorde na região.

“O programa funciona, é bom, mas não é homogêneo em todo o país, apesar dos esforços feitos para aumentar sua aceitação”, avalia Ramiro Wahrhastig, secretário de

educação do Paraná e presidente do Conselho de Secretários Estaduais de Educação (Consed). Wahrhastig lembra que falta estímulo ao professor, que teria que dedicar horas extras, além da sala de aula e do planejamento, para separar, gravar ou assistir vídeos.

Os problemas apresentados pelo TV Escola não são, na maior parte dos casos, resultado do projeto em si. Mas surgem pela falta de preparo — ou às vezes de interesse — que estados e municípios mostram pelo programa. E o próprio MEC reconhece que há pouco o que fazer além de continuar tentando treinar professores e convencer secretários e administradores da utilidade do TV Escola. “Nós temos pouca ingerência sobre o que acontece lá na ponta. O governo federal não tem escolas”, explica Sadek. “Ficamos à mercê dos estados.”

MATRÍCULAS SUPERAM META INICIAL

Toda Criança na Escola foi a frase mais divulgada pelo Ministério da Educação (MEC) no primeiro semestre deste ano. É o nome da campanha lançada com grande estardalhaço em 1998, que tinha um objetivo aparentemente simples: pôr mais 300 mil crianças entre 7 e 14 anos na escola, além das que normalmente se matriculam em cada ano letivo.

Na Semana Nacional de Matrícula, entre 7 e 14 de fevereiro, o esforço do ministério — em conjunto com secretarias estaduais e municipais de educação — conseguiu ultrapassar a meta. Chegou a 368 mil crianças a mais, segundo estimativas — ainda preliminares, cinco meses depois — feitas pelo MEC.

Os números iniciais, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contavam 2,7 milhões de crianças entre 7 e 14 anos fora da sala de aula. O cruzamento das matrículas verificadas no Censo Escolar de 1997 e a contagem populacional do IBGE mostravam um número menor: 1,8 milhão.

Levando-se em conta os 1,8 milhão como números reais, o Brasil tem hoje apenas 4% das suas crianças na faixa etária alvo fora da escola. Se os números forem os 2,7 milhões apresentados inicialmente, o percentual sobe para 7%.

“Sem a contagem populacional e o cruzamento com o censo, nós não vamos ter como saber exatamente qual foi o progresso”, afirma Ramiro Wahrhastig, secretário de educação do Paraná e presidente do Conselho de Secretários Estaduais de Educação (Consed). Segundo o secretário, não se sabe

Anderson Schneider 25.5.98



O aumento no número de matrículas superlotou as salas de aula

ainda se a população entre 7 e 14 anos aumentou ou diminuiu, ou o que representou o esforço feito pelos estados antes mesmo do programa *Toda Criança na Escola*.

O fato é que em alguns lugares houve tantas matrículas a mais que as escolas ainda estão atulhadas com crianças que não tem nem mesmo onde sentar. Em Arapiraca, a escola Lyons teve de pôr entre 58 e 60 alunos em cada turma.

No município de Goiânia, em Goiás, a prefeitura, que só tem duas escolas, pôs duas turmas de 45 alunos na sala onde são feitos os velórios da cidade — em pleno cemitério. “No início, eles tinham que sentar no chão”, conta a secretária de educação, Maria Teresinha de Oliveira. “Mas agora já conseguimos ajeitar melhor.”

As duas escolas esperam dinheiro para construir mais salas. No início da campanha, o governo federal garantiu R\$ 500 milhões para ajudar os estados e municípios a pôr em salas de aula decentes todas as crianças a mais que conseguissem matricular.

O dinheiro só foi destinado ao orçamento da educação pelo Congresso no dia 19 de junho. Até 3 de julho, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) assinou convênios para distribuir os recursos, mas o levantamento final de quanto foi conveniado ainda não está pronto.

Mas o principal desafio ainda está para ser enfrentado: manter toda essa criançada na escola. A evasão escolar é um problema real no país, causado principalmente pela repetência. (LP)

OUTROS PROGRAMAS

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD)

O QUE É

O programa se destina a distribuir livros didáticos para alunos de escolas públicas de 1ª a 8ª séries.

METAS

A intenção era distribuir livros didáticos para 30 milhões de crianças do ensino fundamental em 1996. Seriam 99,1 milhões de livros, onde seriam investidos R\$ 292 milhões.

O QUE FEZ

No primeiro ano, em 1997, o

programa não conseguiu alcançar a meta estabelecida. Foram entregues 79.721.797 livros de 1ª a 8ª séries, para 65 mil escolas. Segundo o FNDE, o cadastro das escolas públicas, totalmente desatualizado, não listava todas aquelas que deveriam receber o material. Este ano, com o cadastro atualizado, também não se chegou a 99 milhões de livros — foram 84.254.768, de 1ª a 4ª séries — mas se alcançou os 30 milhões de estudantes pretendidos.

EXAME NACIONAL DE CURSOS (Provão)

O QUE É

A avaliação anual dos cursos foi iniciada em 1996, com a intenção de monitorar a qualidade dos cursos superiores do país por meio de provas aplicadas aos alunos.

METAS

Avaliar, em 1996, 66 mil alunos em três cursos superiores e chegar,

em 2005, a 80% dos formandos do país.

O QUE FEZ

No primeiro ano, foram avaliados 55.526 estudantes de Administração, direito e engenharia civil. Em 1998, chegou-se a 127.205, com 10 cursos avaliados — equivalente a 50% dos graduandos.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR

O QUE É

Implantado no início deste ano, o fundo recolhe 15% de todos os impostos estaduais e municipais para serem redistribuídos de acordo com o número de alunos, e investidos no ensino básico. O governo federal complementa os recursos quando o valor por aluno não chega a R\$ 315 por ano por aluno.

METAS

Com a garantia da aplicação mínima de R\$ 315 por aluno por ano, o governo federal pretendia que se gastasse R\$ 12 bilhões com o ensino fundamental por ano.

O QUE FEZ

Pouco se sabe. O governo federal redistribuiu os recursos e fez a complementação para nove estados que não atingiram o mínimo. Até junho, foram repassados R\$ 240 milhões. O valor aplicado por estados, municípios e a União deve ficar em torno de R\$ 10 bilhões — contando-se R\$ 315 por aluno e 30 milhões de estudantes do ensino fundamental. Mas não se verifica se os estados e municípios estão realmente aplicando o dinheiro como deviam. O MEC diz que o poder de fiscalização é dos Tribunais de Contas dos Estados, mas pretende fazer uma pesquisa para ver como o dinheiro está sendo usado.



AS METAS DO GOVERNO FHC

Comunidade Solidária

AS CIDADES MAIS POBRES DO PAÍS RECEBEM COM ENTUSIASMO OS PROGRAMAS DO COMUNIDADE SOLIDÁRIA. NO PARÁ, 40 MUNICÍPIOS SÃO BENEFICIADOS E RECEBEM DESDE CREME DENTAL E MATERIAL ESCOLAR ATÉ A VISITA DE AGENTES DE SAÚDE

SOLIDARIEDADE PARA OS MAIS POBRES

INFÂNCIA

A mortalidade infantil caiu de

82,6

por mil nascidos vivos em 1994 para

47,2

em 1997 — ou seja, houve uma queda de

43%

Ana Beatriz Magno,
Denise Rothenburg e Sérgio Amaral
Da equipe do **Correio**

O que era masturbação sociológica para o ex-ministro das Comunicações Sérgio Motta é boa nova para Ivete Ramos, professora na cidade ribeirinha de Baião, às margens do rio Tocantins, no Pará.

Baião é um dos 40 municípios paraenses do Comunidade Solidária, o programa do governo Fernando Henrique criado em 1995 para desenvolver projetos sociais, antes tocados isoladamente pelos ministérios. O ministro Serjão achava que a iniciativa era coisa de intelectual sem chances de dar certo.

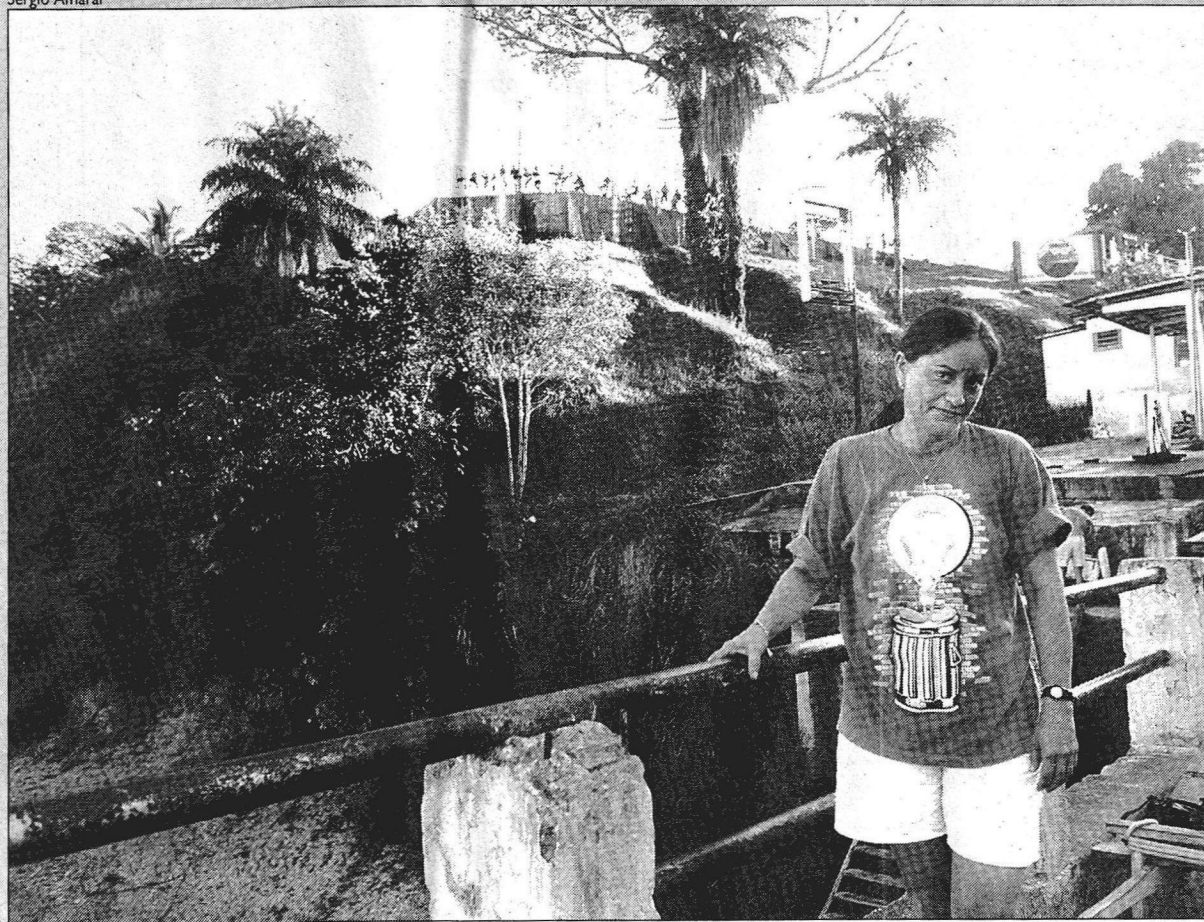
Deu, na opinião da nada acadêmica Ivete — com 17 anos de magistério, ganha R\$ 551, tem três filhos, marido desempregado e vive economizando centavos: viaja de barco e não de ônibus para poupar R\$ 8 na passagem, leva quentinha de casa para não ter que gastar dinheiro no percurso.

“Com o Comunidade, as pessoas carentes estão ganhando cestas de alimentos regularmente, as crianças vão para o colégio de transporte escolar e ainda recebem cadernos e livros”, conta Ivete, diretora da escola Abel Chaves.

Tem 29 professores e 760 alunos. Do Comunidade, eles recebem quatro programas: o do transporte, o da merenda, o da cesta de saúde com escova e creme dental e o do material escolar para professores e estudantes.

No papel, o Comunidade oferece 16 programas, pagos com recursos federais e chamados de Agenda Básica, mas na prática são poucos os municípios que têm todos os proje-

Sérgio Amaral



A professora Ivete Ramos viaja de barco pelo rio Tocantins para economizar os oito reais da passagem de ônibus

tos. No Pará, por exemplo, nenhum tem. A média é de oito programas para cada município.

“A gestão do Comunidade é municipal, depende muito do prefeito requisitar os programas”, explica Ana Peliano, coordenadora do Comunidade que, ao todo, atende a 1.368 municípios brasileiros.

“Os recursos são administrados pelo município. Essa é uma das principais diferenças desse programa para os do passado, sempre centralizados em Brasília”, explica a socióloga.

Um dos programas mais populares é o de Distribuição de Cestas Alimentares para as famílias pobres, chama-se Prodea — em Baião, 1.097 famílias recebem mensalmente a comida; em 1997, em todo o Brasil foram distribuídos 15 milhões de cestas, cinco vezes mais que em 1995.

Para evitar desvios políticos e suportes de comida — coisas comuns nos tempos da antiga LBA, Legião Brasileira de Assistência, as cestas são fiscalizadas por um conselho formado por gente da prefeitura, da

oposição, das escolas, da polícia e da igreja.

EMERGÊNCIA

“As cestas não acabam com a fome a longo prazo nem integram uma política de segurança alimentar. É um programa emergencial”, explica Ana Peliano, secretária executiva do Comunidade Solidária.

Outro programa apontado como bem sucedido é o de combate à mortalidade infantil — a meta do governo federal era reduzir em 50% a taxa de mortalidade infantil nos

quatro anos de Fernando Henrique. Quase conseguiu. Ela caiu de 82,6 por mil nascidos vivos em 1994 para 47,2 em 1997 — ou seja, houve uma queda de 43%.

Parte dessa redução é creditada a projetos tocados pelo Comunidade Solidária, como o de Agentes Comunitários de Saúde — funcionários que visitam regularmente famílias carentes e tratam de prevenir doenças. Havia 24 mil agentes em 1994 e hoje existem 70 mil em todo o país. A meta é chegar a 100 mil até dezembro de 1998 (ver página 13).

Em Baião, há 31 agentes que controlam as vacinas e tentam fazer um controle preventivo da saúde. “Aqui, os agentes de saúde não andam de porta em porta e sim de água em água”, explica Ivete.

Na lista das 16 ações do Comunidade, as que menos deram certo foram as de saneamento, de geração de renda, de habitação e de financiamento da agricultura. “No Pará, só 20% dos municípios do Comunidade têm esses programas”, explica Sérgio Leão, 48 anos, representante do Comunidade Solidária no Pará, estado onde apenas 16% da população ganha mais de cinco salários mínimos e 32% ganha até um salário.

“O programa substituiu o QI — Quem Indica — pelo QRN — Quem Realmente Necessita. Fico à vontade para dizer isso porque, como prefeito de Tramandaí (RS), era cabo eleitoral dos deputados Nelson Jobim e Ibsen Pinheiro. Eles eram os padrinhos dos recursos que eu conseguia. Esses municípios do Comunidade são, na sua maioria, de pouca expressão política. Seria difícil conseguir os investimentos que recebem se dependessem da antiga política do QI”, conclui o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha.

AS METAS DO GOVERNO FHC

Saúde

EM 1998, FORAM REGISTRADOS 27% DE CASOS DE DENGUE A MAIS QUE EM TODO O ANO PASSADO. O PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE FUNCIONA, MAS AINDA ESTÁ EM CONSTRUÇÃO. A META ERA FECHAR O MANDATO DE FERNANDO HENRIQUE COM CEM MIL AGENTES DE SAÚDE. ATÉ MAIO DESTA ANO, ERAM 64.767.

O MOSQUITO ESTÁ VENCENDO O GOVERNO

Maria Clarice Dias
Da equipe do *Correio*

O plano inicial do Ministério da Saúde para combater a dengue era grandioso. Não bastava apenas controlar a doença. Era preciso eliminá-la do país de uma vez por todas. Em julho de 1996, quando o número de casos de dengue chegava a 150 mil e o Plano Nacional de Erradicação do *Aedes aegypti* (PEA) foi anunciado, a previsão de gastos chegava a R\$ 4,5 bilhões em quatro anos. Seriam no mínimo, nove ministérios envolvidos. O *Aedes aegypti* é o inseto que transmite a dengue.

Segundo Fabíola de Aguiar Nunes, médica sanitária e então coordenadora-geral do Conselho Nacional de Saúde, a erradicação do mosquito era possível com o plano. O programa previa, principalmente, o saneamento básico em todo o país — em especial o tratamento da água e do lixo — projetos de educação sanitária, e esforços para eliminar o mosquito vivo.

O número de casos da doença crescia anualmente (ver quadro). “Infelizmente, o PEA foi perdendo força política e degingolou completamente. Apenas o Ministério da Saúde arcou com o investimento. E em vez de prevenir o problema, as ações do ministério se limitaram a apagar o incêndio da epidemia”, lamenta Fabíola. Até hoje, o total de recursos aplicados no plano não chegou a R\$ 500 milhões — cerca de 11% do total previsto.

Com a redução do investimento, a doença tomou conta de todo o país, que viveu em 1997 e 1998 a maior epidemia de dengue dos últimos 15 anos. Até junho deste ano, foram registrados 324 mil casos da doença no país — 27% a mais do que todo o ano de 1997. E muitos municípios não receberam o dinheiro a tempo de evitar o descontrole.

ATRASO

Em Sergipe, por exemplo, alguns municípios começaram a receber o dinheiro do PEA no início de 1998. Pela lista da secretaria executiva do PEA no estado, dos 71 municípios que firmaram convênios com o Ministério da Saúde em outubro do ano passado, 24 ainda não receberam o dinheiro para começar os trabalhos.

Foram repassados de R\$ 4,829 milhões para 47 municípios do estado. Enquanto a verba não chega, os prefeitos e secretários de municípios como Areia Branca e Japaratuba retiram dinheiro do cofre da cidade para continuar o combate ao mosquito da dengue.

Com o atraso, a capital, Aracaju, viveu o caos. Apenas em janeiro, o

número de casos equivalia a 67% do total registrado em 1997. No mesmo mês, o dinheiro para controlar a doença saiu do orçamento do estado e do município.

Segundo a coordenadora da campanha de combate à dengue em Sergipe, Natividade Abreu da Costa, os trabalhos de controle da doença só foram coordenados depois de decretado o estado de emergência, também em janeiro. “Infelizmente, essa data foi o marco inicial das atividades. Quando a situação já era muito grave”, comenta.

Atualmente, diz Natividade, os municípios estão todos coordenados. “Apenas agora conseguimos atingir o estágio idealizado para o fim do ano passado.” Os laboratórios para exames estão sendo estruturados e a prevenção começou a ser feita em municípios que não têm mais casos da doença.

Entretanto, o número de casos registrados de dengue em Sergipe continua alto: até junho deste ano, 19.532 pessoas ficaram doentes.

Sergipe é o quinto estado com maior número de casos no país, atrás de Minas Gerais, Espírito Santo, Paraíba e Rio de Janeiro.

CONTROLE

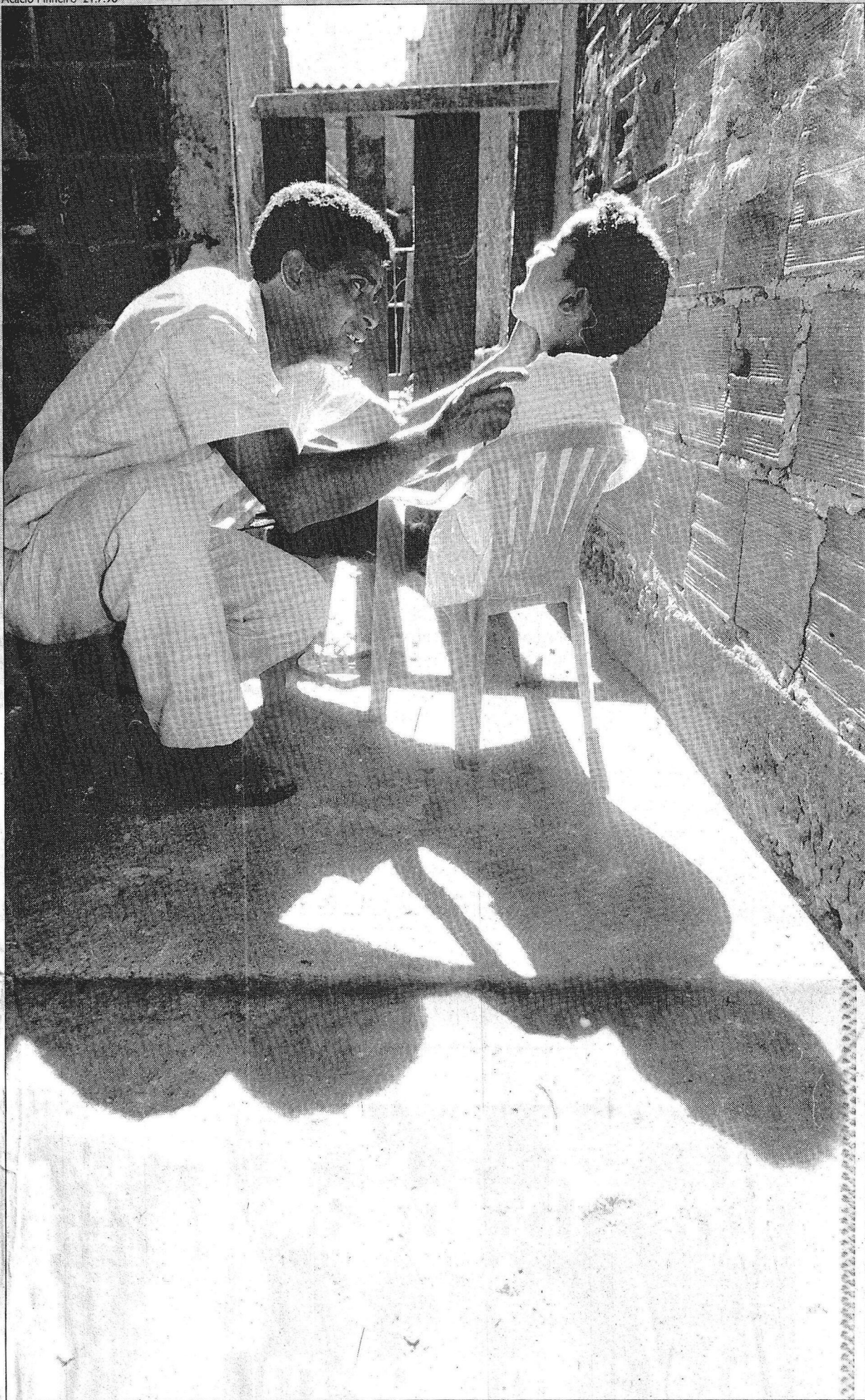
Em outras regiões do país, apesar do atraso na liberação de recursos pelo governo federal, o controle da dengue foi possível. “Deu tempo de correr atrás do prejuízo”, diz o diretor de planejamento da Secretaria de Saúde de Belém do Pará, Israel Corrêa Pereira. Segundo ele, a doença começou a preocupar bastante no início de 1997. “O convênio do PEA foi assinado em julho, mas a primeira parcela chegou apenas em outubro”, conta.

A partir de junho do mesmo ano, mesmo sem os recursos do Ministério da Saúde, as equipes começaram a trabalhar com dinheiro municipal. O investimento de cerca de R\$ 500 mil foi insuficiente e a cidade teve em janeiro uma explosão da doença: 5.771 casos de dengue. Em dezembro de 1997, cerca de 1,6 mil pessoas ficaram doentes na capital do Pará.

A aplicação das duas primeiras parcelas do convênio para o PEA começou em janeiro. Foram contratados 620 agentes de combate à dengue, a campanha educativa para eliminar os criadouros passou a ser divulgada pela mídia local e a coleta de lixo ficou mais intensa.

Segundo Pereira, até agora as duas outras parcelas do convênio não chegaram. Mas a doença está sob controle. Dos mais de cinco mil casos registrados no primeiro mês do ano, a incidência caiu para 297

Acácio Pinheiro 21.7.98



O agente comunitário Carlos Alberto Mendes de Souza olha dentes e conta cáries de crianças no Recanto das Emas

casos em maio. Uma redução de mais de 80%.

Para o presidente do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (Consems), Gilson Cantarino, o PEA deu errado principalmente por causa dos desequilíbrios regionais. “Mosquito não respeita fronteira. De nada adianta controlá-lo em um estado e manter a desorganização em outro”, comenta.

GOVERNO

Entretanto, de acordo com o documento formulado pela coordenação da campanha de reeleição do presidente Fernando Henrique, o controle das epidemias no país tem dado certo. Pelo relatório, a doença teve seu ritmo de crescimento diminuído nos dois últimos anos graças às campanhas de combate desenvolvidas pelos governos federal, estadual e municipal.

No mesmo estudo, consta que desde 1996 até junho de 1998 foram firmados convênios com 2.742 municípios em 23 estados, com repasse total de R\$ 229,8 milhões, além dos R\$ 150 milhões aplicados anualmente pela Fundação Nacional da Saúde para o combate de epidemias. “Até maio de 1998, apenas três municípios puderam aplicar o dinheiro do ministério da Saúde”, afirma o secretário.

AGENTES COMUNITÁRIOS MELHORAM SAÚDE

No programa *Brasil em Ação*, elaborado em 1996 com 50 metas de diversos setores do governo, a meta era chegar a cem mil agentes de saúde até o fim do governo. Em 1994, havia 29 mil agentes atuando em 879 municípios do país. Até maio deste ano, o país já conta com 64.767 trabalhando em 2.637 cidades. São cerca de 35 milhões de pessoas atendidas pelo programa.

“A meta dificilmente será alcançada, mas, mesmo atrasado, o programa pode ser considerado um dos poucos que teve sucesso”, diz o presidente do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (Conasems), Gilson Cantarino, secretário do município de Niterói, no Rio de Janeiro.

Apesar de faltarem poucos meses para o fim do mandato de Fernando Henrique, o Ministério da Saúde tem liberado mais recursos para chegar o mais próximo possível da meta estabelecida.

A preocupação da dona-de-casa Maria de Lourdes dos Santos, de 41 anos, não acaba quando um dos seus filhos fica curado de um pro-

QUADRO DE METAS	
ELIMINAÇÃO DA HANSENIASE	AMPLIAÇÃO DA VACINAÇÃO
O QUE É A meta estabelece o controle definitivo da doença e sua eliminação enquanto problema de saúde pública META Diminuir a prevalência de hanseníase para menos de um caso por dez mil até o ano 2.000, realizar campanhas educativas duas vezes por ano. O QUE FEZ Até este mês, a taxa de prevalência de hanseníase está em cinco casos por cada dez mil habitantes. Não há informações sobre as campanhas educativas.	O QUE É A proposta é de aumentar o controle sobre doenças preveníveis do país. Meta Ampliar a vacinação de rotina para no mínimo 90% da população menor de cinco anos. Em especial, para as vacinas tríplice, BCG, antipólio e anti-sarampo. O QUE FEZ A cobertura vacinal de rotina alcançou 74% da população menor que cinco anos para tríplice; 100% para BCG; 90% para antipólio; e 100% para anti-sarampo.

blema de saúde: “Um dos outros oito certamente terá alguma doença”, conta.

Até o início do ano passado, Lourdes saía quase todos os meses do Recanto das Emas (DF), onde mora, para Taguatinga, cidade mais próxima de um hospital.

Desde que o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) chegou ao Recanto das Emas, as

idas e vindas de Lourdes tornaram-se mais raras. “Me sinto mais amparada depois que o programa chegou aqui. Agora só vou para o hospital quando o problema é grande”, diz.

O acompanhamento da saúde dental dos filhos, por exemplo, está sendo feito em casa mesmo. O agente Carlos Alberto Mendes de Souza, responsável pela área onde

mora Lourdes, olhou os dentes de cada uma das crianças, contou as cáries e anotou tudo em detalhes em seu formulário.

Depois disso, Lourdes fica encarregada de levar os filhos para o tratamento para a sede do programa, também no Recanto das Emas. Percurso feito a pé, sem gastos com ônibus ou desgastes em filas de hospitais.

O PACS, criado em 1994, foi um dos primeiros atos do governo federal para mudar a forma de tratar a saúde no país: valorizar a prevenção e evitar que os leitos hospitalares fiquem lotados de pessoas com doenças que poderiam ser prevenidas.

Os agentes comunitários são escolhidos nos municípios onde moram e servem de ponte entre a comunidade e o serviço de saúde. Além disso, têm a função de visitar as casas da região onde trabalham, orientar sobre a higiene bucal, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis ou mesmo como evitar que o mosquito da dengue se instale na região. (MCD)

REFORMAS EM POSTOS E HOSPITAIS

Pelos planos do governo, 1.953 unidades públicas de saúde do país estarão reformadas, ampliadas e reequipadas até o fim deste ano. Além disso, será criada definitivamente uma rede qualificada de hemocentros para controle da qualidade do sangue; os 26 estados do país e o DF terão prontos seus laboratórios centrais para controle da qualidade de alimentos e para exames de doenças como dengue malária.

Para todos os projetos, será investido um total de US\$ 650 milhões — o Banco Mundial (Bird) entrou com US\$ 300 mil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) completou com US\$ 350 mil.

O projeto, chamado Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde (Reforsus), foi criado no fim de 1996. Entretanto, a meta de reformar tantos hospitais até o fim deste ano terá que ser adiada. Em 1997, o dinheiro ficou guardado até que todos os municípios interessados enviassem os projetos de reforma. Em julho, o programa havia aprovado 782 projetos de reformas hospitalares — o valor total de financiamento ficou em US\$ 320.434.264 milhões. (MCD)

AS METAS DO GOVERNO FHC

Segurança

A REFORMA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, A VALORIZAÇÃO DOS POLICIAIS E A REDUÇÃO DE PENAS DE BANDIDOS QUE AJUDASSEM A POLÍCIA FORAM METAS DO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE QUE NÃO SAÍRAM DAS DISCUSSÕES DE GABINETE



MUITAS PROMESSAS, POUCAS CUMPRIDAS

João Pitella Jr.
Da equipe do Correio

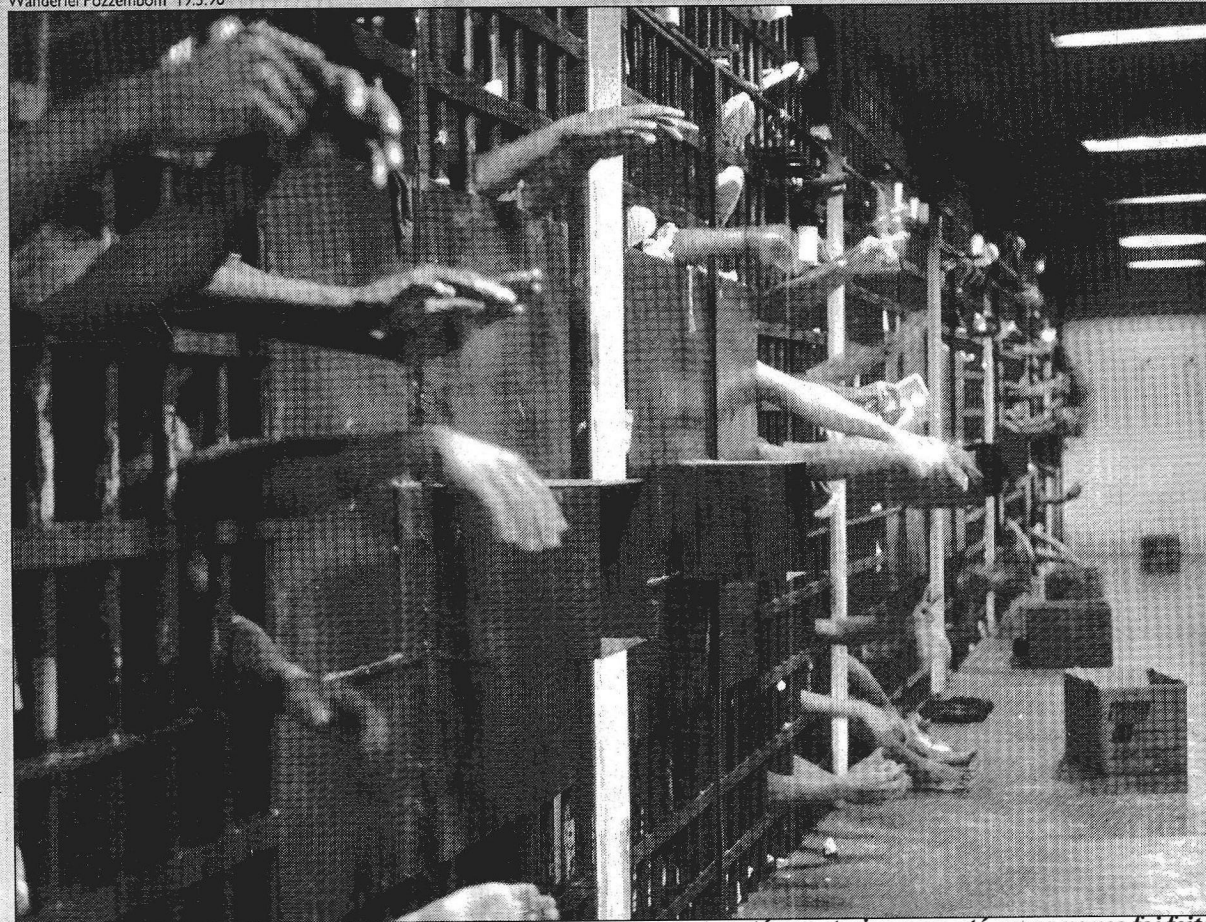
Na área de segurança, foram poucas as promessas de campanha registradas no livro "Mãos à Obra" que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso conseguiu cumprir até agora. Entre elas, destacam-se a reativação da Academia Nacional de Polícia, que abriu mais cursos para treinar os policiais, e a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública, que passa aos estados informações sobre os crimes cometidos em todo o país. Mas não saíram do papel pontos polêmicos, como a redução das penas de bandidos que derem informações para desmontar quadrilhas organizadas e a Reforma do Código de Processo Penal.

Uma das promessas era a reforma do sistema penitenciário, constantemente cobrada pela Igreja, pelas entidades de defesa dos direitos humanos e até por Organizações Não-Governamentais (ONGs) de fora do país. Para o coordenador da Pastoral do Encarcerado da Arquidiocese de São Paulo, Armando Tambelli Júnior, a situação dos presídios piorou muito nos últimos quatro anos.

"Um dos problemas mais sérios é que 60% dos presos são mantidos na cadeia sem condenação formal da Justiça", explica Tambelli. "Isso agrava a falta generalizada de vagas nos presídios. Como há três presos para cada vaga, não existem condições dignas de vida nestes lugares."

Tambelli recorda que, no início do mandato de Fernando Henrique, o governo prometeu à Organi-

Wanderlei Pozzembom 19.3.96



A superlotação na grande maioria dos brasileiros causa protestos até no exterior, mas até agora pouco foi feito

zação dos Estados Americanos (OEA) construir 52 novos presídios federais para desativar o Carandiru, em São Paulo (onde houve um massacre de presos no final do mandato de Itamar Franco).

"Foi um acordo para não prejudicar a imagem do país na comunidade internacional, pois a OEA estava a ponto de divulgar que o Brasil não respeita os direitos humanos. Mas isso também acabou não

sendo cumprido. Em São Paulo, por exemplo, estão sendo construídos apenas 11 dos 21 presídios projetados. E mesmo assim é o governo estadual que está entrando com o dinheiro", completa. A licitação para os 52 presídios prometidos à OEA acaba de ser cancelada.

SALÁRIOS

O fortalecimento dos órgãos federais de segurança é outro ponto

do "Mãos à Obra" que não se tornou realidade, segundo o presidente do Sindicato dos Policiais Federais em Brasília, José Fernando Honorato. Nesse capítulo, o primeiro item anunciado no livro da campanha de Fernando Henrique, em 1994, era a "melhoria dos salários e equipamentos da Polícia Federal".

"Os nossos salários aumentaram apenas 8%. Conseguimos, na Justiça, um reajuste de 28,86%, mas o

governo só pagou durante quatro meses e, desde maio de 1997, está descumprindo essa decisão judicial", ressalta. Sobre os equipamentos, Honorato revela que a Polícia Federal tem apenas dois helicópteros para combater o tráfico de drogas em todo o país, e mesmo assim há o risco de ambos serem retomados pelo banco que emprestou o dinheiro para comprá-los.

Honorato reconhece, no entanto, que o presidente Fernando Henrique honrou o compromisso de reativar a Academia Nacional de Polícia: "Ela estava quase virando um museu. Agora funciona bem, tanto que vamos ter, nos próximos dias, um curso para formar peritos e delegados. Os alunos serão os antigos censores que controlavam os programas dos veículos de comunicação".

Ele sente falta do cumprimento de outra promessa, a redução das penas dos criminosos que derem às autoridades informações sobre as suas quadrilhas, um sistema usado com sucesso nos Estados Unidos. "É lamentável que isso não tenha sido implantado, pois é uma arma importante para fazer com que o bandido se arrependa. É um mecanismo que pode trazer informações valiosas para a sociedade e fazer com que a Justiça deixe de andar a passo de tartaruga", avalia.

O Correio pediu ao Ministério da Justiça um balanço do cumprimento das promessas de campanha na área de segurança pública, que está sob a responsabilidade da pasta. Mas a assessoria do ministro Renan Calheiros não forneceu esses dados.

AS METAS DO GOVERNO FHC

Emprego

O PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CRIOU PROGRAMAS PARA COMBATER A FALTA DE VAGAS, MAS AS MEDIDAS NÃO FORAM SUFICIENTES. A FESTA DO QUARTO ANIVERSÁRIO DO REAL FOI ATRAPALHADA PELO ANÚNCIO DE QUE O ÍNDICE DE DESEMPREGO BATEU O RECORDE DOS ÚLTIMOS 13 ANOS

DESEMPREGO RESISTE A NOVOS PROGRAMAS

Denise Rothenburg
Da equipe do Correio

APRESENTADO EM JANEIRO DE 1995 COMO UM DOS PROBLEMAS A SER COMBATIDOS NO BRASIL DO PLANO REAL, O DESEMPREGO CONTINUA FIRME. HÁ 25 DIAS, QUANDO A NOVA MOEDA COMPLETOU SEU QUARTO ANIVERSÁRIO, O IBGE DIVULGAVA O ÍNDICE DE DESEMPREGO DE MAIO NOS GRANDES CENTROS URBANOS DO PAÍS. FOI O MAIOR DOS ÚLTIMOS 13 ANOS: 8,20%.

A luz amarela no comitê de campanha de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o presidente-candidato, está acesa: "Como é que se anuncia há quatro anos que o desemprego vai baixar e no último ano do governo fica maior do que era antes?", comentavam os assessores.

O que mais preocupa os assessores não é o que o governo fez. É o que disse que faria e, por diversas razões, não conseguiu. Tentativas de demonstrar uma ação efetiva não faltaram, mas também não tiveram os resultados esperados. Primeiro, o assunto foi simbolizado no dedo anular da mão espalmada que o candidato Fernando Henrique levantou em 1994. Depois, foi um dos temas do discurso de posse e da primeira reunião ministerial.

Quase dois anos depois, um anúncio estrondoso de medidas para combater o desemprego. As medidas incluíram aumento das linhas de crédito para pequenas e microempresas e reforço a outros programas em curso no megaprojeto Comunidade Solidária.

As medidas seguraram as taxas durante dois meses, mas, em janeiro de 1997, os números do desemprego voltaram a subir e não caíram mais. Só em dezembro do ano passado — período em que a situação geral da produção e dos serviços requer mais mão-de-obra por causa das festas de fim de ano — é que caiu para a faixa dos 4%, como em 1995. Depois, foi ladeira acima.

PACOTE

O ministro do Trabalho, Edward Amadeo, atribui a subida dos índices ao pacote de outubro, quando o governo tomou medidas de restrição ao consumo e ao crescimento para proteger o Brasil da crise asiática.

"Dizer que o governo Fernando Henrique é o governo do desemprego é uma tolice. As ações estão caminhando. Se o governo não tivesse agido, as taxas sem dúvida seriam mais altas", diz ele.

Amadeo tem um portfólio de ações para exibir na campanha. No governo Fernando Henrique foram criados os programas de geração de emprego e renda (Proger), que representam, junto com o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), este do governo Itamar Franco, os pilares da política antidesemprego do governo. Houve, segundo Amadeo, um investimento de R\$ 4,5 bilhões nos dois programas.

Os resultados, no entanto, só começaram a ser medidos este ano, com um estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) — criado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho — no Espírito Santo. A pesquisa foi projeto-piloto de uma consulta nacional que estará pronta no final do ano.

O Ibase descobriu que banco no Brasil é coisa de rico: 68% dos empréstimos do Proger urbano acabaram nas mãos das classes A e B, e que as pessoas pobres continuavam na fila.

REFORMULAÇÕES

"Se isso ocorrer em todo o país, o programa não estará atingindo um de seus objetivos, que era permitir a geração de emprego e renda aos mais necessitados. O Pronaf não criou novos empregos no campo, apenas conseguiu manter aqueles que já existiam", diz Francisco Menezes, diretor do Ibase.

A pesquisa do Ibase mostrou ainda que os programas precisavam de algumas reformulações, como associar projetos de treinamento à concessão do crédito. O ministro do Trabalho, Edward Amadeo, deflagrou essa mudança este ano em diversos estados.

"Nunca acreditei muito na concessão de empréstimos porque não concordava com a concessão dos recursos pura e simples. Mas, acolado a projetos de treinamento, como o Planfor (programa nacional de qualificação do trabalhador), o resultado do Proger é outro. Dá-se os recursos, treina-se pessoal e faz-se o controle da aplicação do dinheiro. Essa acoplagem permitirá ainda que as pessoas de baixa renda tenham mais acesso aos recursos governamentais", diz ele.

O Planfor ainda não tem um Ibase para medir os seus resultados. Os dados do ministério apontam que os gastos de R\$ 315,8 milhões feitos no ano passado resultaram no treinamento 1,8 milhão de pessoas.

CONTRADIÇÕES

Mas, quando o assunto são os empregos criados pelo Proger/Pronaf, ninguém tem informação segura. O Ibase ainda não terminou sua pesquisa. Os dados do Ministério são contraditórios com os do projeto piloto do Ibase. O Ibase diz que cada empréstimo contratado pelo Proger gera cinco empregos. Com 360 mil contratos assinados em 1997, teria que haver 1,8 milhão de empregos criados. Mas as publicações de Amadeo falam só em 550 mil.

Mas, na área de emprego, todos concordam, inclusive o presidente Fernando Henrique Cardoso, que há muito por fazer. Na sua primeira entrevista coletiva como candidato, em Porto Alegre, ele foi taxativo: "O desemprego continua sendo o principal problema do governo, mas não se pode culpar o Plano Real por isso", disse ele.

O presidente citou como causas principais o crescimento da população economicamente ativa, que gerou um aumento no número de pessoas que procuram emprego. Ele aposta que os índices de desemprego vão cair em breve. "Estamos treinando pessoas no país todo. Além disso, os programas de educação e reforma agrária também geram empregos. Nenhum governo assentou tantas famílias. Estamos fazendo o dever de casa", afirmou o presidente.

Um cruzamento dos dados de crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) do IBGE com os de desempregados pesquisados pelo Departamento Intersindical de Estudos Econômicos, Sociais e Estatística (Dieese) — entidade ligada a sindicatos de trabalhadores — indica que o presidente tem razão. Do início de 1994 a maio de 1998, a população economicamente ativa aumentou em quase um milhão de pessoas só em São Paulo.

Uma parte dessas pessoas conseguiu emprego, mas não houve vagas para todos. Do total de pessoas que passaram a fazer parte da PEA em 1994, 600 mil passaram a frequentar a estatística de desempregados, que era de um milhão naquele ano em São Paulo e fechou em maio de 1998 em 1,6 milhão, segundo os dados do Dieese.

Adauto Cruz



Barreto ampliou estoque da loja graças ao financiamento do programa e contratou dois funcionários

PROGER É MUITO BUROCRÁTICO

José Carlos Barreto, dono de uma loja de pesca na Asa Norte. Adélio da Mota Filho, atacadista do setor de lentes para óculos de grau. Eles têm um ponto em comum. Aham o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) é sinônimo de burocracia. Ambos recorreram ao programa há dois anos e garantem que, hoje, preferem fugir dos empréstimos que lhes ajudaram a ampliar os negócios.

A experiência deles comprova o resultado da pesquisa do Ibase no Espírito Santo. O Proger, por enquanto, atende prioritariamente as classes mais abastadas. "A idéia é boa, mas a burocracia é muito grande. Um pobre não conseguiria nunca um empréstimo nesse programa. O banco pede uma garantia impraticável para quem ainda não tem um negócio", diz Adélio.

Apesar das reclamações, o objetivo básico — geração de empregos — foi atingido. Adélio importou equipamentos mais sofisticados — o polimento de uma lente que antes levava meia hora e hoje é feito em três minutos —, aumentou a sua produção e precisou de novos funcionários para manejá-los.

"Foram oito pessoas: seis para o laboratório e duas para levar as lentes prontas até as óticas porque as entregas passaram a ser mais ágeis e um contínuo não dava conta do recado", diz ele.

José Carlos também precisou de mais dois funcionários na sua loja. "Antes tínhamos só mesmo importação. Hoje, vendemos todo o tipo de material de pesca", diz ele.

Ao mesmo tempo em que geraram empregos, os dois contam que conseguir os recursos para isso foi uma novela. A saga de Adélio, por exemplo, começou em 1995. Proprietário de um laboratório que trabalha com lentes para óculos, ele estava interessado em comprar equipamentos modernos para sua empresa. Soube do Proger por amigos, fez inscrição e apresentou o projeto ao Sebrae-DF. Conta que demorou onze meses para receber os recursos.

Em fevereiro de ano passado, ele se inscreveu em outro projeto do governo: captação de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), via Sebrae.

"O pessoal do Sebrae me telefonou e avisou que sairia um novo tipo de financiamento. Eu aproveitei para comprar uma máquina importada que corta lentes em três minutos. A máquina chegou e o dinheiro não. Ficou parado no porto uns seis meses. Só recebi os recursos em janeiro deste ano. Desisti. Não peço mais".

Os problemas de José Carlos também não foram diferentes. Além da demora em receber os R\$ 20 mil que solicitou, ainda passou por toda uma burocracia de docu-

mentos que, segundo ele, torna mais difícil o acesso das pessoas carentes aos recursos.

"Qualquer documento que você pensar, eles solicitaram naquele Banco do Brasil. O Sebrae aprovou o projeto, mas depois ficamos sozinhos com os agentes financeiros que nos olham como se fôssemos inadimplentes. Eu não sou e não admito esse tipo de tratamento", reclama.

José Carlos tem razão. O Ministério não fala em números de inadimplência, mas quem conhece o assunto cita casos. Um exemplo no DF foi a Ravelli, uma fábrica de óculos de sol no Núcleo Bandeirante. O negócio fechou e um dos sócios sumiu com o dinheiro do Proger.

"Eu cheguei a ser sócio da firma, mas o empréstimo saiu depois que eu já havia deixado a sociedade. Não sei onde andam os sócios. Mas também a fiscalização não ajuda. O governo e o Sebrae só vieram a minha loja seis meses depois que eu recebi os recursos. Se alguém tiver má fé, some. Eles deveriam vir no dia em que sai o dinheiro e acompanhar a implantação dos equipamentos e contratação de pessoas", diz Adélio.

As reclamações sobre burocracia e a inadimplência levaram o Ministério do Trabalho a traçar reformulações para o programa, que já começaram a ser implantadas pelo Conselho do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) e pelo ministro Edward Amadeo. "Estamos reduzindo a burocracia e melhorando o controle para garantir que as pessoas de baixa renda tenham acesso direto da população carente. Afinal, esse é o objetivo do programa", diz o ministro. (DR)

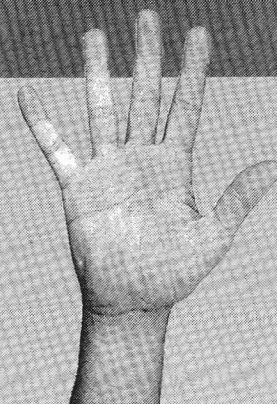
"O BANCO PEDE
UMA GARANTIA
IMPRATICÁVEL PARA
QUEM AINDA NÃO
TEM NEGÓCIO"

Adélio da Mota Filho,
atacadista

AS METAS DO GOVERNO FHC

Agricultura

NÚMERO DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA AUMENTA SIGNIFICATIVAMENTE, MAS JUROS ALTOS EM RELAÇÃO À EVOLUÇÃO DOS PREÇOS AGRÍCOLAS DESAGRADAM RURALISTAS. PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR NÃO AUMENTOU O VOLUME DE EMPRÉSTIMOS RECEBIDOS POR PEQUENOS AGRICULTORES.



MAIS ASSENTAMENTOS, POUCA ÁGUA

Warner Bento Filho
Da equipe do **Correio**

O governo conquistou um avanço no campo: aumento significativo do número de famílias assentadas para cerca de 300 mil em quase quatro anos. Também criou uma linha de crédito específica para o pequeno agricultor, o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). Mas outros itens da agenda agrícola mudaram para pior e mesmo nestes dois pontos de avanço há problemas a resolver.

A maioria das metas levantadas no Livro *Mãos à Obra* — o plano de governo lançado por Fernando Henrique na campanha de 1994 não podem ser quantificadas, pela natureza das propostas, que se referem mais a aspectos qualitativos: fortalecer o Ministério da Agricultura, apoiar a organização e a atividade do pequeno agricultor, apoiar os assentados, incentivar a atividade florestal, apoiar a criação de animais de pequeno porte, por exemplo.

Porém, num ponto é possível medir o desempenho do governo quantitativamente: irrigação. Esta análise toma os dados quantitativos neste campo e avalia a qualidade de outros programas ou políticas desenvolvidas pelo governo para o setor.

IRRIGAÇÃO

O governo falhou no cumprimento da meta de irrigar 1,5 milhão de hectares, como está escrito no livro *Mãos à Obra* — o programa de governo de Fernando Henrique lançado em 1994.

De 1995 até hoje, 730 mil hecta-

Roberto Castro 21.4.94



As taxas de juro e a inflação foram superiores à evolução dos preços dos produtos agrícolas durante o governo FHC

res receberam água para a produção agrícola. Embora a meta não tenha sido atingida, é considerada alta em relação ao que foi feito em governos anteriores. Segundo informações da Secretaria de Recursos Hídricos, é mais do que fizeram todos os governos anteriores somados.

O governo atribui a falha no cumprimento da meta ao aviltamento de preços no mercado internacional de grãos e frutas — que torna pouco atrativos os produtos

brasileiros — ao endividamento dos produtores rurais e à falta de equipamentos e empresas especializadas no ramo, em função da falta de tradição de projetos de irrigação em governos anteriores.

O Pronaf, embora tenha sido lançado com estardalhaço pelo governo em 1995, não mudou muito a vida do pequeno agricultor. Historicamente, cerca de 16% dos empréstimos oficiais para a agricultura iam parar na mão de produtores em escala familiar. De-

pois da criação do Pronaf, esta proporcionalidade se manteve em vez de se ampliar, segundo os dados divulgados pelo próprio governo. Para a próxima safra, o presidente Fernando Henrique anunciou a disponibilização de R\$ 12,3 bilhões em financiamentos oficiais. Desse total, R\$ 2,3 bilhões vão para o Pronaf, o que representa 18,7% do total. No ano passado, a participação do Pronaf no total foi de 18,9%, ainda segundo dados do próprio governo.

JUROS

Em relação aos juros aconteceu o mesmo. Durante o período de inflação eram cobrados juros de 6% ao ano, mais a correção monetária. Na safra passada os juros do Pronaf eram de 6,5% ao ano. Para esta safra, o governo anunciou redução para 5,75%. Ou seja, praticamente a mesma taxa de antes do Pronaf. Mas os grandes produtores também foram beneficiados. Para eles, a taxa de juros, que foi de 12% na safra 1996/1997, caiu para 9,5% na safra passada e foi fixada em 8,75% nesta lavoura, segundo anunciou o presidente.

De acordo com o presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), Carlos Speroto, as taxas de juro e a inflação foram superiores à evolução dos preços do setor durante o governo Fernando Henrique. No livro *Mãos à Obra*, o presidente se propõe a “definir as taxas de juros de forma a garantir a competitividade do setor agrícola”.

De julho de 1994 a abril de 1998, a taxa de juro de longo prazo (TJLP) variou 94,73%. A variação da Agência Especial de Financiamento de Máquinas e Equipamentos (Finame), do Bando Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi de 100,23%, segundo dados do Banco Central.

No mesmo período, o preço do arroz pago ao produtor variou 33,4%. O leite, 11,54% e o boi, 27,54% (preços médios praticados na Região Sul, segundo dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) do Rio Grande do Sul.